

# Reajuste de colégios deve ter despesas como base

O GLOBO Sábado, 8/3/86

GRANDE RIO



## Diretores do Sindicato querem mais parâmetros para analisar a medida

A Diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Município do Rio de Janeiro não foi capaz de avaliar as consequências que um reajuste de 52 por cento sobre as mensalidades poderá trazer para os colégios. Reunidos durante toda a manhã de ontem os diretores concluíram que o Governo ainda não forneceu parâmetros que permitam uma análise dos reflexos da medida sobre as escolas.

— Nós não sabemos sobre quais mensalidades incidirá o reajuste, disse o Presidente do Sindicato, Paulo Sampaio — se incorrerá sobre a segunda semestralidade de 85 ou sobre a mensalidade de fevereiro. De qualquer forma é um índice muito baixo; pelos nossos cálculos, se o reajuste dos professores ficar em 39 por cento, poderíamos ter um aumento inferior a 69 por cento, mas nunca abaixo de 60 por cento.

Na segunda-feira, o Presidente do

Sindicato terá uma audiência com o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, e se até lá o MEC ainda não tiver definido os critérios de reajuste das anuidades, defenderá mais uma vez o que acha mais adequado: congelamento das mensalidades nos valores vigentes em 27 de fevereiro, convertidos para cruzados na proporção de um para mil.

— Nós queremos colaborar com o Governo no combate à inflação — disse o Presidente do Sindicato — mas tememos que a aplicação de fórmulas mágicas em fatos concretos tragam consequências nefastas para a categoria. SPP Preocupado com fato de muitos pais de alunos estarem deixando de pagar a mensalidade de março para esperar uma definição do Governo, Paulo Sampaio enfatizou a determinação do MEC para esse fim: utilizar a tabela de conversão no pagamento da mensalidade.

## Vice-Reitor: Santa Ursula não vai perder muito com os 52 por cento

— O reajuste das mensalidades em 52 por cento não causará perdas substanciais à Universidade; elas não ultrapassarão o índice de cinco por cento.

A afirmação é do Vice-Reitor Acadêmico da Universidade Santa Ursula, Antônio Coscareli, ao avaliar ontem a possibilidade apresentada pelo Governo para reajustar as mensalidades escolares. Segundo seus cálculos, os 52 por cento não trarão grandes mudanças para o quadro que a Santa Ursula teria, caso o uso da tabela de conversão vigorasse para todo o primeiro semestre.

— Acharmos que o uso da tabela só não poderia ultrapassar o mês de junho — continuou —. Ai, começaríamos a ter perdas significativas. Até lá, entretanto, ela poderia ser utilizada sem maiores problemas; aliás, não entendi até agora porque essa possibilidade causou tanta discussão.

Na opinião de Coscareli, com toda a deflação que as mensalidades sofreriam, não haveria perda na medida em que todos os gastos da universidade também estariam sendo deflacionados. Para ele, tudo seria uma questão de adaptação.

O Vice-Reitor de Administração e

Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, Elias Kallás, discorda do Vice-Reitor da Santa Ursula. Ele acha que tanto a tabela de conversão como o índice de 52 por cento inviabilizam a universidade:

— A tabela só passa a ser mais viável se considerar o índice de reajuste de 89 por cento. Partindo dessa premissa, a PUC receberia por aluno uma semestralidade de Cz\$ 4,8 mil. Isso é menos do que arrecadaríamos, caso as mensalidades fossem congeladas pela média dos últimos seis meses, mas é melhor do que a quantia que receberemos com os 52 por cento: Cz\$ 4,2 mil.

Para o Vice-Reitor de Relações Comunitárias da Universidade Gamma Filho (UGF), Peralva Miranda, há muitas dúvidas que precisam ser solucionadas pelo Governo para que as universidades possam analisar a proposta do reajuste em 52 por cento:

— Esse índice anula o reajuste de 89 por cento já aprovado ou incide sobre ele? Como ficam as mensalidades já pagas? A medida teria efeito retroativo? Sem responder a essas perguntas é impossível medirmos os reflexos da decisão governamental.

## IBGE ajuda a tirar dúvidas

Está funcionando desde ontem numa livraria do IBGE na Avenida Franklin Roosevelt 146, no Castelo, um posto de serviço destinado a tirar dúvidas de qualquer pessoa sobre o pacote econômico do Governo. Mais de cem pessoas foram atraídas pela faixa que a livraria exibia: "Fundação IBGE explica a nova economia do Brasil".

O posto começou ontem mesmo a distribuir cartilhas do Ministério do Planejamento sobre o Programa de Estabilização do Governo, e tabelas de conversão do tamanho de uma carteira de identidade, tudo de graça. O atendimento é feito das 8h30m às 17h30m, pessoalmente, ou pelos telefones 220-2243 e 220-9147. O objetivo do posto, explicou Aluisio Barros, assessor econômico do IBGE, é desfazer dúvidas sobre problemas técnicos até questões filosóficas.

— Hoje de manhã — acrescentou ele — fomos procurados basicamente para responder perguntas sobre negociação de aluguel, mas estamos aqui para esclarecer qualquer questão. Fomos muito procurados também para explicar a elaboração de orçamentos das Prefeituras.

Ele disse que o posto não atende a queixas e reiterou a orientação do Governo de que os compromissos assumidos entre pessoas ou entre empresas devem ser resolvidos pelas duas partes com base na tabela de conversão.

BRASILIA — O reajuste da semestralidade escolar poderá ser estabelecido de acordo com o custo médio real das despesas dos colégios. A informação foi dada ontem pelo Secretário-Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, Edson de Oliveira Nunes. Ele assegurou que de qualquer forma as mensalidades serão menores que as pagas em fevereiro.

A proposta é a mesma apresentada pelo Ministro Dilson Funaro na quarta-feira passada. Os valores das mensalidades dos últimos seis meses (para contratos semestrais) ou 12 meses (anuais) seriam atualizados segundo os fatores fornecidos pelo Governo; sua média seria convertida em cruzados (Cz\$ 1 para Cr\$ 1 mil) e congelada até fevereiro de 1987.

Segundo Edson Nunes, o índice exato de reajuste só deverá ser divulgado no início da próxima semana e, até que os carnês sejam corrigidos para cruzados, as mensalidades devem ser pagas conforme os prazos de vencimento consultando-se a tabela diária de conversão.

Como o Ministério do Planejamento vem recebendo vários telefonemas de donos de estabelecimentos de ensino, insatisfeitos com a fórmula apresentada na quinta-feira pelo MEC, também está estudando outras formas de reajuste. Pela proposta do MEC, o reajuste seria calculado de acordo com as médias dos aumentos dos professores dos últimos meses em cada região do País.

A medida, se adotada, daria um índice médio nacional de 48 por cento de reajuste. Edson Nunes explicou que, seja qual for a solução, ela reduzirá o valor atual da mensalidade e a diferença já paga será abatida no valor das próximas prestações.

Segundo o Secretário-Geral Adjunto, se o Ministério do Planejamento aprovar a proposta do MEC, é provável que o Ministro Jorge Bornhausen homologue a decisão ainda na próxima semana.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando Gay da Fonseca, disse que as faculdades particulares de todo o País devem aguardar a decisão final antes de cobrar os 20 por cento relativos à diferença entre o aumento concedido pelo CFE em dezembro (69 por cento, calculado com base no INPC), e o aumento autorizado em janeiro (89,32 por cento, calculado com base no IPCA).